

CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

Conteúdo programático de prática processual DIREITO CIVIL, ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

ATENÇÃO - Regras para elaboração da Pasta:

- 1. Forma de elaboração:** Todas as atividades devem ser feitas **manuscritamente**, com letra legível e apresentação organizada. **Não serão aceitos** trabalhos digitados, datilografados ou escritos de forma ilegível.
- 2. Peças processuais:** As peças devem ser elaboradas exclusivamente na **Folha Modelo 2ª Fase OAB FAM**, disponível no site www.vemprafam.com.br/NPJ.
- 3. Relatórios de audiências:** Os relatórios devem ser preenchidos **manuscritamente** no formulário identificado como *Relatório de Audiências* e assinados, quando se tratar de participação presencial. No caso de audiências realizadas pelo site <https://audienciasonline.com.br/>, é obrigatória a anexação do *Relatório de Audiências* juntamente com o respectivo *certificado*. O documento deve conter todas as informações solicitadas e assinatura legível do responsável pela audiência.
- 4. Prazos e período de realização:** Para a aprovação da pasta, todos os itens deverão ser realizados e datados no *primeiro semestre de 2026*. Atividades entregues fora do prazo ou em formato diverso do exigido não serão aceitas.
- 5. Entrega e formato:** As tarefas devem ser postadas no Canvas na data determinada, em formato PDF, reunidas em um único arquivo, organizado e em ordem.
- 6. Proibições e autenticidade :** Não é permitido o uso de inteligência artificial, redatores automáticos ou auxílio de terceiros na elaboração das peças. Todo o trabalho deve ser individual e original, sob pena de reprovação e aplicação das sanções acadêmicas cabíveis.
- 7. Penalidades:** A ausência de qualquer atividade prevista acarretará a reprovação total da pasta. Atividades incompletas, ilegíveis ou que não atendam aos requisitos formais serão desconsideradas.

CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

1. Prática Processual Civil

Tício da Silva, pecuarista de destaque nacional, celebrou contrato particular de compra e venda com **Caio Ribeiro**, em 15 de setembro de 2025, tendo por objeto a vaca Magda Jirasol Gengis Khan N.T., da raça Gir Leiteiro, Grande Campeã da MegaLeite 2025.

O animal foi avaliado em R\$ 3.360.000,00 (três milhões, trezentos e sessenta mil reais) durante a ExpoZebu 2025, tornando-se uma das mais valorizadas da raça no país. Esse foi o valor fixado no contrato, tendo sido integralmente pago à vista por Caio.

As partes ajustaram que a tradição ocorreria em 90 dias, a fim de que o animal participasse de compromissos previamente assumidos por Tício em exposições agropecuárias.

Antes da entrega, por descuido de um funcionário da fazenda, que deixou a porteira aberta, a vaca foi coberta por reprodutor de altíssimo padrão genético. Exames posteriores confirmaram a prenhez, fato que elevou significativamente o valor econômico do animal no mercado.

Diante da gestação, Tício comunicou formalmente Caio de que exigiria majoração do preço, sustentando que, enquanto não ocorrida a tradição, a coisa lhe pertenceria com seus melhoramentos e acréscimos. Caio recusou-se a pagar qualquer valor adicional, afirmando que o contrato já estava perfeito, que o preço foi integralmente quitado e que a valorização decorreu de fato imputável ao próprio vendedor.

Em seguida, Tício declarou resolvida a obrigação e reteve o animal.

Caio notificou extrajudicialmente o vendedor, exigindo a entrega imediata da vaca preta, sem qualquer acréscimo de preço, sob pena de adoção das medidas judiciais cabíveis.

Na condição de advogado(a) de Caio Ribeiro, elabore **a peça processual** adequada à tutela dos interesses de seu cliente. A peça deverá indicar o juízo competente; qualificar as partes; expor os fatos de forma juridicamente relevante; fundamentar a pretensão com base na disciplina das obrigações de dar coisa certa; analisar os efeitos jurídicos da tradição; enfrentar a questão da prenhez sob a perspectiva de melhoramento, acréscimo ou fruto; examinar as consequências jurídicas do fato ter decorrido de conduta de preposto do vendedor; formular pedido de tutela adequada à obtenção da entrega do bem; indicar pedidos principais, subsidiários e requerimentos finais pertinentes.

CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

2. Prática Processual Trabalhista

Carlos foi contratado pela empresa **Reflomaster Reflorestamento e Aluguel de Máquinas Ltda.** para exercer suas atividades em canteiro de obras localizado no interior do Estado da Bahia.

Durante o **intervalo intrajornada destinado ao almoço**, Carlos e um colega de trabalho se dirigiram a um barracão existente no canteiro de obras, **local não destinado à realização de refeições**, apesar de a empresa disponibilizar espaço próprio, equipado com fogão, para esse fim.

No referido barracão, o colega de Carlos decidiu preparar café utilizando uma **lata improvisada como fogareiro** e, para acender o fogo, despejou cerca de **dois litros de álcool**, provocando uma explosão que incendiou o local. Em razão do ocorrido, Carlos sofreu **queimaduras de segundo e terceiro graus em aproximadamente 70% do corpo**, permanecendo internado por longo período em unidade de terapia intensiva.

Alegando ter sido vítima de **acidente de trabalho**, Carlos ajuizou **reclamação trabalhista** em face da empresa, pleiteando o pagamento de **indenização por danos morais, materiais e estéticos**, no valor total de R\$ 750.000,00. Sustentou que o acidente ocorreu nas dependências da empresa e que o empregador deveria responder pelos riscos da atividade econômica.

Em sua defesa, a empresa afirma que **não houve qualquer conduta culposa**, pois fornecia local adequado para refeições, não exigia nem autorizava o uso de álcool ou de fogareiros improvisados, e que o acidente decorreu de **culpa exclusiva dos empregados**, que, por iniciativa própria, utilizaram local impróprio durante o intervalo intrajornada.

Na condição de **advogado(a) da empresa reclamada**, elabore a **CONTESTAÇÃO TRABALHISTA cabível**, apresentando fundamentação jurídica adequada para **afastar a responsabilidade civil do empregador** pelo acidente sofrido pelo empregado, com fundamento na legislação constitucional e trabalhista aplicável.

A sua peça deverá **obrigatoriamente desenvolver: Síntese dos fatos relevantes; Responsabilidade civil no Direito do Trabalho** (art. 7º, XXVIII, CF); Necessidade de **conduta culposa, dano e nexo causal; Culpa exclusiva da vítima** como excludente de responsabilidade; Acidente ocorrido durante o **intervalo intrajornada**; Inexistência de relação entre o risco da atividade econômica e o evento danoso; Pedido de **improcedência dos pedidos indenizatórios**.

CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

3. Prática Processual Administrativa

Maria é **servidora pública federal**, ocupante de cargo efetivo de **assistente administrativo** em um órgão da administração pública federal, regida pela **Lei nº 8.112/1990**.

No desempenho de suas funções, Maria deixou de cumprir corretamente uma **ordem administrativa escrita** expedida por seu superior hierárquico, ocasionando atraso na tramitação de determinado procedimento interno.

Maria é **servidora pública federal**, ocupante de cargo efetivo de **assistente administrativo** em órgão da Administração Pública Federal, regida pela **Lei nº 8.112/1990**.

No exercício de suas atribuições, Maria deixou de cumprir corretamente uma **ordem administrativa escrita** expedida por seu superior hierárquico, o que ocasionou atraso na tramitação de determinado procedimento interno.

Em razão do ocorrido, a autoridade administrativa competente aplicou diretamente à servidora a **penalidade de suspensão por 30 dias**, sob o fundamento de descumprimento de dever funcional previsto na Lei nº 8.112/90, **sem instaurar procedimento administrativo prévio e sem oportunizar o contraditório e a ampla defesa**.

Maria sustenta que não agiu com dolo ou má-fé, que a penalidade foi aplicada de forma **sumária**, sem observância das garantias constitucionais e a sanção imposta é **desproporcional** à gravidade da conduta. Neste sentido houve violação a **direito líquido e certo**.

Diante disso, Maria procura assistência jurídica para impugnar o ato administrativo que lhe aplicou a penalidade.

Na condição de **advogado(a) da servidora pública**, elabore a **peça judicial cabível**, com fundamento na **Lei nº 12.016/2009**, na **Lei nº 8.112/1990** e na Constituição Federal, visando à **anulação do ato administrativo que aplicou a penalidade de suspensão**.

CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

4. Prática Direito Empresarial

João Henrique da Silva, empresário individual, pretende organizar suas atividades empresariais de forma mais segura, separando seu patrimônio pessoal do patrimônio destinado ao exercício da empresa. Para tanto, decidiu constituir uma **Sociedade Limitada Unipessoal**, nos termos da legislação vigente, para atuar no ramo de **prestação de serviços de manutenção industrial**, com sede na cidade de Belo Horizonte/MG. João deseja que sua pessoa jurídica seja **limitada e unipessoal**, sem necessidade de sócios; que o capital social seja integralizado no ato da constituição; que a administração seja exercida exclusivamente por ele e a responsabilidade seja limitada ao valor do capital social.

João o procura, **na condição de advogado(a)**, para a adoção das providências jurídicas necessárias à constituição regular da sociedade. Como advogado(a) de João Henrique da Silva, elabore a **peça jurídica adequada**, contendo as cláusulas essenciais exigidas pela legislação, para a constituição da **Sociedade Limitada Unipessoal**. Contrato Social de Sociedade Limitada Unipessoal deve respeitar arts. 1.052 e seguintes do Código Civil, com redação dada pela Lei nº 13.874/2019.

CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

5. Audiências e visitas especificadas

5.1. Assistir 03 (três) **audiências** de instrução e julgamento, da **Justiça do Comum**, de forma presencial ou pelo site <https://audienciasonline.com.br/>, preenchendo o **relatório de audiências** e colhendo as devidas assinaturas e, anexando **o certificado**.

5.2. Assistir 03 (três) **audiências** de instrução e julgamento, da **Justiça do Trabalho**, de forma presencial ou pelo site <https://audienciasonline.com.br/>, preenchendo o **relatório de audiências** e colhendo as devidas assinaturas e, anexando **o certificado**.

5.3. Realizar **01(uma) visita presencial** à escolha do aluno. A visita poderá ser a tribunais, delegacias, IML, museu da polícia judiciária, organizações não governamentais de carácter jurídico, museu de natureza jurídica, bem como qualquer visita proposta pela instituição, **apresentando relatório**, acompanhado de **carimbo e assinatura** do responsável do referido órgão.

6. Prática Jurídica Real – 40 horas

☐ A prática jurídica real poderá ser cumprida pela realização de **Estágio Externo**, mediante preenchimento de Termo de Compromisso de Estágio e declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil), ou de outras empresas ou órgãos públicos.

☐ A prática jurídica real também poderá ser cumprida junto ao **Núcleo de Práticas Jurídicas no campus AUGUSTA E MOOCA** realizando atendimentos à comunidade vulnerável socioeconomicamente, fornecendo informações, orientações, reclamações administrativas perante órgãos de proteção ao consumidor e acompanhamento em mediações familiares. Não havendo demanda da população, será indicada atividade substitutiva. Para a comprovação desta tarefa, os alunos deverão a cada dia de comparecimento solicitar ao advogado responsável o preenchimento e assinatura em formulário próprio.

Os alunos deverão comparecer nos dias e horários estipulados pela coordenação e divulgados via Canvas, sendo que a **data limite** para início da realização das atividades proposta será no **DIA 22.04.26.**